

L · E · T · U · R · A · S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 06 Brasília, 08 de junho de 1963

Lei Orgânica do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA

*A lei
do povo*

Lei Orgânica do Distrito Federal

Lei Orgânica do Distrito Federal

*Autonomia nasce
com JK*

Pág. 3

Um brasileiro decente

Com a magia dos grandes jornalistas, Carlos Castello Branco presidiu o sindicato da categoria no Distrito Federal e lutou pela sua autonomia política.

Cláudio Lysias

Chefe da Seção de Divulgação



Carlos Castello Branco, uma unanimidade nacional

A leitura do "Jornal do Brasil" para os jornalistas da minha geração (o pessoal que começou em 67, 68) era algo tão fundamental como comer, dormir, escrever. E mesmo para os que raramente militaram na editoria política do jornal, como é o meu caso, a leitura da "Coluna do Castello" tornou-se com o tempo a primeira coisa a ser lida e comentada. O extraordinário nisso é que o mesmo acontecia com políticos, economistas, desportistas, e curiosos de um modo geral. O que levava esse estranho saco de gatos a ter um interesse tão comum, tão religioso, todas as manhãs?

Carlos Castello Branco, o Castellinho, escrevia com a magia dos grandes jornalistas. Nos momentos mais duros da ditadura, conseguia sempre passar a informação privilegiada com um estilo objetivo, que, aqui e ali, deixava escapar o talento do grande escritor. A objetividade e a aparente frieza deixavam os mais exaltados, em algumas ocasiões, de pé atrás com ele. Mas logo em seguida, dias depois, todos iam ver que Castellinho não tinha necessidade de ser mais duro ou parecer mais duro em alguns episódios. Ele precisava apenas dizer a verdade, contar o que realmente acontecia.

Durante a ditadura, em que o interesse pela política oficial era praticamente nulo, o jornalista sempre mostrou um profundo respeito pelas instituições, especialmente pelo Congresso Nacional. Durante muito tempo, o Congresso só existiu em sua coluna. Com a redemocratização, continuava lá o Congresso como um

dos mais importantes personagens (senão o mais) da intrincada vida nacional. Esse respeito pelo Congresso, pela vida parlamentar, sempre foi uma das características da

sua coluna. Por isso, o Congresso deve muito a ele, pois os que sempre procuraram atribuir aos parlamentares, de todos os níveis, toda a culpa pelas desgraças deste País,

jamais receberam o abrigo de Castellinho em seu espaço diário.

Brasília também deve muito a Castellinho. Depois que assumiu a presidência do Sin-

dicato dos Jornalistas do DF, em agosto de 1977, função que lhe tomava um tempo que não tinha, engajou-se definitivamente na luta pela autonomia política desta cidade. Castellinho entendia que um povo sem representantes eleitos diretamente era um povo pela metade. Uma tomada de posição clara e objetiva. À frente do Sindicato dos Jornalistas, funcionou como um "governo de transição" para que os verdadeiros profissionais de imprensa de Brasília assumissem sua entidade representativa, antes entregue a um grupo estranho à categoria.

Castellinho foi sepultado, no último dia 2 de junho, tendo à sua volta unanimidade nacional. É certo que gostamos de falar bem das pessoas depois que elas morrem. É certo também que toda a unanimidade é burra, como dizia Nelson Rodrigues. Mas é certo também que em tudo há exceções. Carlos Castello Branco foi uma delas. Ele gostava de dizer que toda a sua geração, a que veio com ele na política e no jornalismo desde o Estado Novo, era um saco de gatos. Pois foi esse saco de gatos, repleto de outros apanhados pelo caminho nos últimos 40 anos, que o levou ao túmulo. Um grupo emocionado e consciente de que ali estava indo embora um grande jornalista, um brasileiro decente.

Lei Orgânica: atuação parlamentar

José Ornellas-PL



tar-se a deputado distrital. Coerente com este posicionamento, apresentou, individualmente, um anteprojeto completo de Lei Orgânica. Durante a fase de elaboração do anteprojeto oficial, teve a honra de presidir a Comissão Econômico-Financeira e de Orçamento e Tributos, imprimindo-lhe seu estilo pessoal. O deputado foi um dos parlamentares mais assíduos aos trabalhos da Lei Orgânica - aí incluídas as atividades de comissão temática, de plenário e das audiências públicas. Ornellas contribuiu também com cerca de trezentas emendas para o aperfeiçoamento dos projetos elaborados pela Comissão de Sistematização, registrando um elevado índice de aproveitamento. Destacam-se dentre as propostas que apresentou, assuntos pertinentes à preservação política do DF, normas referentes a bens públicos, preservação ambiental, segurança pública, participação popular, sistema de planejamento territorial e urbano, instrumento das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, política fundiária e uso do solo rural.

O deputado José Ornellas sempre tem reafirmado que a possibilidade de contribuir com sua experiência administrativa na elaboração da Lei Orgânica - a principal tarefa da Câmara Legislativa nesta legislatura - foi o motivo preponderante que o levou a candida-

Lúcia Carvalho-PT



"A Lei Orgânica representa um passo importante na afirmação do Distrito Federal na Federação. Após conquistarmos autonomia política, com eleição de governador e criação de um Legislativo próprio, faltava a Brasília uma lei como esta para dar unidade "orgâni-

ca" à cidade, por demais ligada ao Governo Central. Como avanços na Lei destaco a participação de entidades representativas na elaboração do Regime Jurídico Único dos servidores do plano de carreira e a quitação da folha de pagamento do servidor ativo ou inativo, até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena do Poder Público proceder à atualização monetária da mesma. Também asseguramos a contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados, para efeito de aposentadoria. Diversas outras conquistas foram feitas pelos servidores públicos: garantiu-se a participação da sociedade civil em conselhos como o de Educação, Saúde e Assistência Social e a população ganhou meios de fiscalizar, ela própria, os atos do governo. Enfim, é uma Lei Orgânica "cidadã" que avançou em relação à Constituição Federal. Agora cabe a cada brasiliense fazer com que essas novas conquistas sejam implementadas, cumpridas e respeitadas.